

INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

Orientadora: BERTAN, Fernanda da Cruz

Pesquisadora: CELLA, Lilliane

Cursos: Psicologia e Direito

Áreas de Conhecimento: ACBS e ACSA

A presente pesquisa trata da inclusão da Ciência Psicológica com o Escritório Jurídico Comunitário (EJC) da Unoesc, por meio do Processo de Triagem. Os profissionais de Psicologia e de Direito procuram auxiliar as pessoas na resolução de conflitos familiares mediante as práticas profissionais distintas, mas que se complementam. Percebeu-se que é fundamental que a Psicologia trabalhe conciliada ao Direito, comprovando o quanto esta ciência pode contribuir e fazer diferença no meio legal e na vida das pessoas. O processo de triagem teve como objetivo verificar a demanda por intermédio da coleta de dados gerais e específicos que possibilitou encaminhar os casos às instituições competentes as quais melhor os auxiliariam em suas questões conflitantes. Observando os depoimentos dos casos atendidos, constatou-se que as pessoas buscam compensar o dano causado, tentando amenizar o sofrimento emocional por meio dos processos judiciais, e muitas vezes não está relacionado a uma compensação econômica ou financeira. No direito da família, as mágoas e os “ferimentos da alma” ainda são os fatores que mais pesam na busca pelo Judiciário para solucionar os problemas familiares. Ressalta-se que a Psicologia deve estar presente e operante nos locais onde há a prestação de atendimento jurídico, atendendo primeiramente aos seus clientes por meio da triagem para que haja um serviço mais dinâmico e que permita um olhar diferenciado sobre cada caso. A partir de março de 2013 foi implantado o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), o qual está atuando no atendimento de pessoas mediante a psicoterapia, possibilitando aos clientes do NPJ uma alternativa mais rápida e efetiva na resolução de conflitos, principalmente os relacionados à família. Promover a interdisciplinaridade de áreas do conhecimento científico auxiliou nas questões dos atendimentos legais. Acredita-se que a Psicologia poderá contribuir para a construção de mudanças que serão essencialmente ativas e contributivas para o processo de humanização do Direito. Palavras-chave: Psicologia. Triagem. Direito.

fernanda.bertan@unoesc.edu.br

talizan@hotmail.com